

Ata da 4ª (quarta) reunião extraordinária de 2021, da 1ª sessão legislativa da legislatura 2021/2024, realizada remotamente às 18 horas do dia 25 de março de 2021 sob a presidência do vereador Lucimar Ferreira Pinto. O senhor Presidente solicitou à senhora secretária que procedesse com a chamada inicial dos vereadores, a qual estavam todos presentes. Como houve número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. Em seguida, solicitou a leitura dos pareceres apresentados ao Projeto de lei número 13/2021 que “Dispõe sobre a concessão de revisão geral anual da remuneração dos conselheiros tutelares do Município de Guanhães, e dá outras providências”. Os pareceres foram colocados em discussão. Os vereadores foram unânimes em ressaltar a importância do trabalho desenvolvido pelos conselheiros tutelares. Em seguida, o projeto de Lei nº. 013/2021 foi colocado em discussão e posterior votação sendo aprovado por unanimidade dos vereadores. Prosseguindo, o senhor Presidente solicitou a leitura dos pareceres e emenda apresentados ao Projeto de lei número 14/2021 que “Dispõe sobre a concessão de revisão geral anual nos vencimentos dos servidores públicos e nos subsídios dos agentes políticos do Poder Executivo, e dá outras providências”. O senhor Presidente colocou os pareceres e emenda em discussão. O vereador Evandro tomou a palavra e explicou que o projeto de lei se trata de reajuste salarial somente para servidores e agentes políticos do Executivo. Que devido a pandemia, aumento salarial fica vetado até o final do ano. Disse que a crise financeira e social gerada pela pandemia prejudica a concessão de reajuste a agentes políticos haja visto a dificuldade enfrentada pela população. Que é justo o reajuste dos servidores que, há anos, possuem os salários defasados. Pediu aos colegas vereadores pela aprovação da emenda. Em uso da palavra, o vereador Rodrigo Bretas autor da emenda apresentada, pontuou relatos importantes do parecer da comissão de legislação. Disse que a comissão analisou a questão legal, o possível vício de iniciativa e também quanto ao anseio da sociedade no momento de crise financeira. Deixou claro que analisou o projeto e que não é contra a concessão de reajuste aos servidores mas que, há entendimentos jurídicos de que a alteração do subsídio de agentes políticos é competência privativa do Legislativo. Que, a seu ver, não há justificativa e não é o momento para recomposição salarial dos agentes políticos que acabaram de iniciar o mandato. Concluiu dizendo que é necessário empatia do poder público para com a população e empresários que estão na luta para conseguirem sobreviver a crise. Que não concorda apenas com parte do projeto apresentado, pois é crítico em sua vida pessoal e também será em sua vida política. Pediu aos colegas vereadores pela aprovação da emenda. Em uso da palavra, os vereadores Mauro, Alessandro e Claudiney foram unânimes em ressaltar a importância do reajuste para os servidores públicos, não sendo o

momento oportuno para concessão de reajuste a agentes políticos. A vereadora Leila tomou a palavra e pediu vista ao referido projeto, haja visto a necessidade de maior estudo do mesmo. Prosseguindo, o senhor Presidente solicitou a leitura dos pareceres apresentados ao Projeto de lei número 15/2021 que Ratifica protocolo de intenções firmado entre Municípios brasileiros, com a finalidade de adquirir vacinas para combate à pandemia do coronavírus; medicamentos, insumos e equipamentos na área da saúde. O vereador Evandro pediu vista ao projeto apresentado. O senhor Presidente concedeu o pedido de vista e pediu agilidade na análise dos projetos devido a sua relevância. Disse que o pedido de vista é regimental mas que o vereador não pode fugir a sua responsabilidade. Em seguida, o senhor Presidente solicitou a leitura dos pareceres apresentados ao Projeto de Lei projeto de lei 016/2021 que dispõe sobre a prorrogação das datas de vencimento e parcelamento da taxa de alvará de localização e funcionamento e taxas correlatadas. Em uso da palavra, o vereador Alessandro ressaltou a importância do projeto dizendo que os empresários deveriam ser isentos dos pagamentos de tais taxas durante a pandemia. O vereador Rodrigo autor do projeto, disse que os empresários precisaram se reinventar para enfrentar a crise gerada pela pandemia. Disse que o projeto é uma pequena contribuição ao permitir o parcelamento de taxas e afins para expedição de alvará de funcionamento. Lembrou mais uma vez da necessidade de empatia dos órgão públicos para com os comerciantes que são fonte geradora de empregos no município. Que no ano passado já houve esse parcelamento que se faz necessário após mais um ano de pandemia. Pediu aos colegas vereadores pela aprovação do projeto. Em uso da palavra, o vereador Alcides disse concordar como projeto e disse que é necessário sim este olhar cauteloso e benevolente para os comerciantes. O vereador Claudiney ressaltou a importância da flexibilização do poder público de forma a permitir o enfrentamento da crise pelos comerciantes. O vereador Osmar relatou a luta diária dos comerciantes para sobreviver e se adaptar a pandemia sendo que muitos infelizmente não sobreviverão. Em uso da palavra, a vereadora Bárbara parabenizou o vereador Rodrigo pela apresentação do projeto e disse a aprovação é o mínimo que os vereadores podem fazer. O vereador Mauro disse que os empresários já estão usando suas reservas financeiras e que necessário um olhar carinhoso do poder público. Em uso da palavra, o vereador Evandro Lott disse concordar com o projeto pedindo unanimidade para sua aprovação. Os vereadores André Luís, Adileila e Nilson parabenizaram o vereador Rodrigo pela apresentação do projeto. O senhor Presidente tomou a palavra e disse que a crise está generalizada. Que, por mais discussões que ocorra, nenhuma decisão é unânime. A vereadora Leila retomou a palavra e disse que os servidores relatam a necessidade de votação do projeto de

reajuste ainda nessa sessão devido a data base para aplicação do reajuste. Disse que se for verdade, já possui o seu posicionamento para votação imediata. Em uso da palavra, Dr. Márcio, procurador jurídico da Câmara, disse que já emitiu parecer pela regularidade do texto original do projeto, assim como opinou o jurídico da prefeitura. Disse que a comissão de legislação emitiu parecer baseado nas decisões dos tribunais onde também há muita divergência com relação vício da iniciativa. Dr. Fernando, procurador adjunto da Câmara, lembrou que também não há ilegalidade na apresentação de emenda pela comissão de legislação. Disse que o Executivo pode apresentar os reajustes em projetos de lei distintos. O vereador Rodrigo pediu que a vereadora Leila vote com o coração, para que depois possa defender seu ponto de vista, independente de opinião jurídica. Lembrou que o projeto de lei realmente está com o tempo curto para apreciação. A vereadora Leila retirou o pedido de vista. O vereador Alcides tomou a palavra e pediu Vista ao projeto de Lei 14/2021. O senhor Presidente concedeu o pedido de Vista. Em seguida, colocou o projeto de Lei 16/2021 em votação sendo aprovado por unanimidade dos vereadores. O vereador Rodrigo sugeriu que a reunião para votação do referido projeto ocorra na segunda feira de forma agilizar os trabalhos. Após consulta aos demais vereadores, o senhor Presidente convocou extraordinária para a próxima terça-feira, às 18 horas, para apreciação dos projetos de lei 14/2021 e 15/2021. Encerrados os trabalhos em pauta, o senhor presidente solicitou a chamada final dos vereadores a qual estavam todos presentes. Nada mais havendo a tratar, eu secretária lavrei a presente ata que, depois de lida, se aprovada, segue assinada por todos os vereadores presentes. Sala das sessões, em 25 de março de 2021.